



Câmara Municipal da Lapa

Estado do Paraná

ATA NÚMERO DOIS MIL E SETENTA E SEIS.

Aos doze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se em sua Sala de Sessões, a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do vereador Antonio Ruiz Paloma, secretariada pelo vereador Luiz Eduardo Kuss Marins, presentes os vereadores: João Deda, Manoel S. Xavier, Bento de Farias, Acir A. Pinto, José Luiz de Castro, Daniel Coreluk, Osmar Teider, Cesar A. Leoni, Lisandro de Andrade, Pedro M. de Siqueira, Celso Xavier, João Maria da C. Afonso e Pedro F. Bianchini Jr.

A hora regimental, o senhor presidente declarou aberta a sessão tendo início com a leitura da ata anterior que foi aprovada com ressalva do vereador José Luiz de Castro.

Do Expediente do Dia lido pelo senhor secretário, constou o seguinte: Ofício do Sindicato Rural da Lapa, comunicando a diretoria interina deste sindicato. Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro, solicitando que fosse encaminhado ofício ao Departamento de Obras da Prefeitura com os seguintes pedidos: 1º - Abrir uma estrada de menos de 100 metros de comprimento e fazer um boeiro com 6 manilhas de 1 metro na propriedade do sr. José First Sobrinho, em Alves. 2º - Patroalar e fazer um boeiro de 30 cm próximo da residência do Sr. Adolfo Druscz, em Prestes, e ainda ensaibrar tres subidas nesta comunidade. 3º - Fazer um boeiro ou uma pequena ponte próxima da escola do Manduri (em Faxinal dos Castilhos). 4º - Melhorar o boeiro próximo à Rua Souza Naves, na entrada da propriedade do Sr. Antonio Batista Severino. Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro, solicitando que fosse enviado ofício ao Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura, com os seguintes pedidos: 1º - atendimento especializado a srta. Dercy Palhano que sofre de ataque desde os 2 anos, reside em Butiá. 2º - Fornecimento de uma cadeira de roda a uma criança, filha do Sr. João Jorge Domingues residente em Marafigo. Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal, reiterando ofício de solicitação onde pede o nome do responsável pela contabilidade da Prefeitura. Requerimento de autoria do vereador José L. de Castro, solicitando que fosse encaminhado ofício ao Sr. Prefeito Municipal para que sejam isentos de pagamento de taxa de embarque na rodovia local, os alunos quando em período de aulas, e as professoras quando no exercício da profissão. Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro, solicitando que fosse encaminhado ofício ao DSTC do DER, sobre o seguinte: 1º - Um ponto de ônibus da Lapeana no km 89, próximo à placa Relva Sul. 2º - A concessão de uma linha de ônibus de Ponta Grossa à Rio Negro, diariamente, nos dois sentidos, outrossim requereu que fosse enviado ofício às Câmaras Municipais de Rio Negro, Campo do Tenente, Porto Amazonas, Palmeira e Ponta Grossa, pedindo o apoio a este pedido. Requerimento de autoria do vereador Bento de Farias, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal, com os seguintes pedidos: 1º - Instalação de 02 luminárias no final da Rua Carlos Ganzert, na Vila próximo ao Hospital Regional São Sebastião. 2º - Instalação de 03 luminárias em frente à propriedade do Sr. Eloi Tibes de Souza, na Rodovia do Xisto, entre o incubatório da DaGranja e o Posto de Gasolina. Requerimento do vereador Bento de Farias, solicitando que



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.076

Fl. 02

fosse encaminhado ofício à Telepar para que seja feita a instalação de um telefone público na Rua José Francisco Correia, na Vila Barcelona. Requerimento de autoria do vereador Daniel Coreluk, solicitando que fosse encaminhado ofício ao setor competente do DNER afim de que seja enchido com terra, um poço localizado na faixa do Rodovia do Xisto, km 52,5 à direita de quem vem de Curitiba a Lapa. Requerimento de autoria do vereador Daniel Coreluk, solicitando que fosse encaminhado ofício ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de esclarecer com exatidão aos munícipes do Distrito de Mariental, o destino da patrola que após as eleições de 1.982, para ali fora destinada. Requerimento de autoria do vereador Daniel Coreluk, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de determinar a data da colocação das placas nas ruas de Mariental. Requerimento de autoria do vereador Cesar A. Leoni, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal pedido de informação quanto a situação em que se encontra a construção do Matadouro Municipal. Requerimento de autoria do vereador Cesar A. Leoni, solicitando que fosse encaminhado ofício ao Executivo Municipal pedido de informação sobre o seguinte: Quais os pequenos agricultores que foram beneficiados com o recebimento de adubo químico. Que informem o nome dos pequenos agricultores, que se acham cadastrados para tal recebimento. Que seja informado o plenário local onde se encontra depositado o adubo ainda não distribuído, com respectiva quantidade existente.

Livre a palavra sobre o expediente, fez uso dela o vereador Daniel Coreluk, disse que antes que fosse criticado com a apresentação de tres requerimentos, onde não se apegam a ordem cronológica dos requerimentos e sim as necessidades do momento. O 1º deles referiu-se a um poço aberto na Rodovia do Xisto, onde o proprietário recuou o muro, por existir um poço profundo, sem tampa, com tabuas podres, inclusive criou capin por cima dificultando que as pessoas vejam a presença deste poço. Então solicitou que fosse tomada providência, evitando uma tragédia, pois crianças que vão à escola passam por ali, assim como outras pessoas também.

Solicitando um aparte o vereador Bianchini, disse que em uma sessão, alguns meses atrás, foi aprovada uma lei, exatamente, quanto ao poço aberto na cidade e zona rural. Existindo a Lei, mas não está sendo cumprida. Sugerindo que fosse pedido que a Lei fosse colocada em execução.

Continuando o vereador Daniel disse que o 2º requerimento foi para determinar a data da colocação das placas designativas das ruas de Mariental. Foi já um pedido feito meses passados e nem resposta veio. Segundo que soube aqui na Câmara, é a existência de uma fábrica confeccionando estas placas. Sendo que o povo está esperando estas placas. Em 3º lugar, entrou com requerimento onde muitas pessoas vêm perguntando com frequência se realmente a patrola que foi desviada de Mariental, com segundas intenções, ficando o vereador neutro, nem confirma e nem nega. Por isso entrou com este requerimento. Enquanto não for provado contrário, o pensamento prolifera entre os munícipes de Mariental. Quem irá confirmar alguma coisa será o Sr. Prefeito.

Solicitando um aparte o vereador Luiz Eduardo, disse que esta patrola encontra-se na oficina da Prefeitura fazendo torque, onde



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.076

Fl. 03

dias atrás estava trabalhando praticamente no distrito de Mariental. Estando hoje na oficina da Prefeitura.

Continuando o vereador Daniel disse que ficou satisfeito com a informação, mas que os moradores de lá muitas vezes ficam nervosos, por não poderem tirar seus mantimentos dos devidos lugares.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse que entrou com alguns requerimentos. O 1º deles solicitando pequenas obras, mas que são muito úteis e necessárias às pessoas que estão precisando destas obras. Por serem pequenas obras, fez requerimento direto a chefia do Departamento de Obras da Prefeitura, solicitando estes melhoramentos. O 2º requerimento é no aspecto social, já que neste período andam pelo interior onde deparam com situações sociais difíceis. Onde pessoas de baixo poder aquisitivo sofrem problemas a anos, por esse motivo solicitou ao Departamento Social que dê atenção a uma jovem do Butiá que tem problema de ataque e também o fornecimento de uma cadeira de rodas a uma criança do Marafigo. O 3º requerimento foi dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, já que a mais de um mês entrou com pedido nesta Casa, solicitando o nome do responsável pela Contabilidade da Prefeitura. Estranhou o fato de que até a presente data não veio a resposta. Então reiterou o pedido, que já havia sido feito a mais de 30 dias. O 4º requerimento que foi solicitado por pessoas interessadas dizia respeito a isenção de pagamento de taxa de embarque na rodoviária para alunos quando no período de aulas e aos professores quando no exercício da profissão.

Solicitando um aparte o vereador Cesar disse que para a concessão desta natureza é só através de uma lei, enviada pelo sr. Prefeito Municipal à Câmara. Que se abrir para alguns terá que abrir para todos, através de decreto o Sr. Prefeito não poderá fazer por ser inconstitucional.

Continuando o vereador José Luiz, disse que então o Sr. Prefeito poderá logicamente no futuro, se achar conveniente este pedido, cumprir o que determina a Lei ou seja, enviar projeto de Lei a esta Câmara para que os vereadores aprovem ou não. Indo em forma de sugestão já que esta matéria de redução, os vereadores não têm capacidade para sobre a matéria.

Solicitando outro aparte o vereador Cesar disse, não só os alunos e professores, mas também todos os trabalhadores que diariamente saem de nossa cidade para seus trabalhos, porque não também beneficiá-los.

Continuando o vereador José Luiz, disse, o 5º requerimento foi dirigido ao DSTC do DER, solicitando um ponto de ônibus da Lapeana no km. 89 atendendo pedido de moradores do Faxinal dos Castilhos. Este ponto já havia até pouco tempo atrás, e o DSTC sem avisar a comunidade retirou este ponto deste local. O 6º pedido foi para que o DSTC crie ou dê a concessão de uma linha de ônibus Ponta Grossa/Rio Negro diariamente nos dois sentidos. Todos sabem que muitos jovens da Lapa, estudam em Ponta Grossa, tendo que fazer este roteiro até Curitiba e que também os moradores do Rio da Várzea, de nossa cidade, ou da região da Bacia Leiteira até nossa cidade, muitas vezes não tem ônibus. Quando tem chegam muito tarde dificultando o serviço das pessoas. Fez também um pedido às Câmaras Municipais onde dos municípios que serão servidos por esta linha façam pedido no mesmo sentido ao DSTC do DER.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.076

Fl. 04

Com a palavra o vereador Cesar A. Leoni disse que entrou com dois pedidos de informação ao Executivo Municipal. O 1º deles foi com respeito a situação do Matadouro Municipal, onde já a vários anos foi começada a obra e no final do mandato desta gestão não se vê a obra concluída. Por isso solicitou o pedido de informação. De outra forma voltou ao assunto do adubo porquanto da resposta anteriormente vinda para cá não o satisfiz. Sabe-se de fatos diversos com relação ao Executivo Municipal, onde achou ser de sua atribuição, assim como de todos os vereadores desta Câmara, saber exatamente o que aconteceu, o que acontece com respeito a este assunto. A Prefeitura deverá ter a relação das pessoas cadastradas, as que receberam o adubo, devendo ter também o estoque existente destas sacas de adubo e a quem será destinada. Acha que não adianta dispoluir apenas visualmente a cidade, precisando dispoluir também o que existe internamente dentro das casas, dos muros. Como fez pedido de auditoria na Prefeitura Municipal, espera que nada de maiores consequências aconteça. Como político já por duas vezes, não gosta de ver ninguém enroscado por qualquer assunto que seja.

Não havendo nenhum mais dos senhores vereadores inscritos para fazer uso da palavra sobre o expediente o sr. presidente declarou os deferidos, ficando a disposição na secretaria desta Casa.

De imediato passou-se à Ordem do Dia:

1ª discussão do projeto de Lei nº 19/88, que autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

Livre a palavra fez uso dela o vereador José Luiz de Castro disse que ao analisar o projeto, e comparando as folhas no cálculo sobre o excesso de arrecadação entre o último e este projeto vindo para cá, elevando-se em muito o excesso de arrecadação. Outro fato interessante foi que em 27 dias do mês julho/88, foi arrecadado praticamente 58 milhões, achando que o critério, raciocínio de um, é totalmente diferente do que veio agora.

Com a palavra o vereador Cesar Leoni disse ficar difícil fazer uma análise mais consciente e coerente em um projeto que chegou quase que naquele momento em suas mãos, proposto pelo Executivo Municipal. O vereador José Luiz levantou bem o aspecto sobre o excesso de arrecadação. Com dados constantes no projeto, demonstram que as coisas não vão indo bem na Prefeitura, quando se pede uma auditoria contábil, onde ela se torna necessária por estes fatos e pelos fatos trazidos pelo vereador José Luiz e, pela grande responsabilidade que todos os vereadores que terão neste mês de setembro, aprovando uma abertura de crédito no valor de 84 milhões e trezentos mil cruzados. Por isso mesmo tratando-se aqui de verbas praticamente e restritamente ao pessoal, solicitou vistas ao projeto, para apresentar uma emenda reduzindo em 50% o valor proposto. Onde nestes últimos três meses, a Prefeitura poderá justificar mais detalhadamente das necessidades deste valor, trazendo dados concretos através de demonstrativos. Quiçá neste curto período, poderão ter o resultado da auditoria solicitada ao Tribunal de Contas e que as coisas lá se encontrem normalmente, sem maiores consequências, sem maiores responsabilidades para os vereadores, da aprovação de abertura de crédito num valor tão alto.

Nesta altura o sr. presidente disse que segundo a justificativa do sr. Prefeito Municipal, o qual ele solicita urgência na ma-



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.076

Fl. 05

téria e, conforme o que consta na Regimento Interno não cabe o pedido de vistas.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse que a questão de pedido de urgência, subentende-se que esta Casa de Leis tem 45 dias para dar a resposta de aprovação ou não. E se caso não for dada resposta dentro dos 45 dias, cabe ao Sr. Prefeito sancionar a Lei por decurso de prazo. Como projeto de Lei tem a data de 29 de agosto, terão até 13 de outubro para que o Executivo Municipal possa ter este projeto de Lei aprovado ou não.

Novamente com a palavra o vereador Cesar, sugeriu que poderia ser votado em 1ª discussão e em 2ª discussão fosse tomadas as providências cabíveis.

Com a palavra o vereador Manoel Xavier, disse que o projeto desta envergadura cabe a responsabilidade ao Sr. Prefeito, quando solicita verba para várias dotações, por ter que prestar contas deste dinheiro. O orçamento de 1.988 é de 200 milhões de cruzados, foi aberto por excesso de arrecadação 42 milhões. Então, com mais estes 84 milhões fica ainda bem longe daquilo que está previsto. Achando não haver razão de não aprovar, e quanto da arrecadação, o Prefeito terá que prestar contas. Não havendo motivo de criar uma polêmica em cima deste projeto de Lei. E que a presidência da Comissão para exarar seu parecer tomou por base a justificativa e os pedidos anteriores.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse que, se não vem o balancete da prefeitura para cá, onde poderiam ter dados concretos, subsídios, como é que terão a certeza de que estes dados constantes no projeto estão de acordo com a realidade, porque só em 25 dias a arrecadação estava praticamente em 50% da arrecadação de janeiro a junho. Será então que estes dados correspondem com a realidade, se não tem uma prova.

Com a palavra o vereador Cesar, disse que os dados constantes, no seu entender estão totalmente irreais. Começando pela verba solicitada pela Câmara Municipal. Caso não aprovassem iria causar um problema muito grande na Prefeitura. Achou que deveriam aprovar com redução em 50% do proposto, que iria trazer tranquilidade para a Casa. Diante destes fatos, a não existência do boletim, a não existência de um técnico contábil, outros fatos que estão acontecendo na Prefeitura, por motivo de saúde do Sr. Prefeito, trazem preocupações aos vereadores. Que até dezembro poderá vir outro pedido a ser aprovado. O que não deve-se fazer é aprovar tudo de uma vez só. Acha que deverão ir devagar, porque o momento é de cautela.

A seguir o sr. Presidente passou a presidência ao vereador Pedro Mendes de Siqueira.

Usando da palavra o vereador Antonio Ruiz Paloma, disse que quando o vereador Cesar Leoni, falou achando alto o proposto pela Câmara Municipal, em nada está escrito que a Câmara irá abrir este valor, sendo até este valor, se houver necessidade. Assim como os demais departamentos da Prefeitura Municipal, será aberto até o valor proposto, não diz que será aberto o valor. Sendo uma prevenção para não acontecer como aconteceu no ano passado, que em dezembro foi solicitado a abertura de crédito em função da falta de verba. Quanto ao proposto pe-



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.076

Fl. 06

la Câmara, irá abrir de acordo com a necessidade da Casa. Onde é informado a todos os senhores vereadores, através de balancete mensal em que é gasta a verba requisitada. Sendo que esta Casa não está dispendendo dinheiro em qualquer setor, se não o necessário. Estamos em setembro e, o balancete de agosto já se encontrava nas mãos dos senhores vereadores. Então a Câmara não está pedindo demais, está pedindo o necessário de acordo com o processo inflacionário do País.

Nesta altura o vereador Pedro Mendes de Siqueira, passou a presidência ao vereador Antonio Ruiz Paloma.

Continuando livre a palavra para discussão, fez uso dela o vereador Manoel Silveira Xavier, onde fez uma explanação em valores do que foi recebido e as previsões feitas.

Solicitando um aparte o vereador José Luiz, disse que mais um fato a estranhar é fato da Prefeitura ter colocado no provável excesso de arrecadação no período de janeiro a junho a arrecadação foi de 128 milhões, como que apenas num mês deu 160 milhões, mais do que o dobro, achando não estar certo.

Continuando o vereador Manoel disse que o balancete é um documento importantíssimo para a Câmara, onde fica arquivado.

Solicitando um aparte o vereador Cesar disse que quem lhe garante que o boletim está correto e certo. O vereador José Luiz tem insistido em saber quem é o responsável pela contabilidade da Prefeitura. Achando que deverão ter cautela, pensando-se um pouco melhor. Sugeriu que deveriam deixar o projeto fora da Ordem do Dia e que o sr. Prefeito abra por decreto o crédito suplementar, sendo que a Câmara fica isenta de responsabilidades.

Continuando o vereador Manoel disse não ser líder do Sr. Prefeito na Câmara, não estava defendendo, e nem defendendo o setor de contabilidade, estava defendendo o parecer da Comissão, onde é o presidente, onde se apegou na justificativa do projeto.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse que o vereador Manoel ao exarar o parecer da comissão se baseou no provável excesso de arrecadação. Naquele instante o nobre vereador lembrou que nesta Casa existe balancete arquivado, ao mesmo tempo disse que um documento oficial e outro oficial, assinado pelo secretário interino da Prefeitura com visto do Sr. Prefeito Municipal, que um documento tem valor e outro não, como ficam os vereadores da oposição, baseados em que documento que passarão a acreditar. Se em dois documentos os dados não batem, já um terceiro também não, ficarão nesta Casa sem saber o que é certo e o que é errado. Amanhã ou depois, poderão ser acusados de aprovarem alguma coisa sem ter conhecimento profundo do assunto.

Solicitando um aparte o vereador Manoel, disse que o projeto não é legal diante de uma auditoria, porque se fizer uma auditoria, os peritos irão se apegar nos balancetes e não nos projetos. Perguntando ao vereador José Luiz, qual dos dois documentos tinha mais valor.

Continuando o vereador José Luiz disse que qualquer balancete que não tem técnico responsável, para ele não tem valor legal, se não tem técnico responsável o documento não merece crédito e não tem fé pública, isso é princípio básico em qualquer setor de contabilidade.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata n º 2.076

Fl. 07

Solicitando um aparte o vereador Cesar, disse que se colocasse em votação o projeto, corria o risco de não ser aprovado. Então nada diz que o projeto não podia ser retirado da Ordem do Dia, não (por pedido de vistas, mas retirar da Ordem do Dia por 2 sessões. Neste interino a comissão poderia se inteirar melhor dos fatos, trazendo dados concretos.

Nesta altura o sr. presidente suspendeu a sessão por dez minutos.

Reaberta a sessão, continuando livre a palavra para discussão do projeto de Lei nº 19/88, fez uso dela o vereador Cesar A. Leoni, disse que voltava a insistir para que a mesa retirasse o projeto da Ordem do Dia. Neste período sugeriu à Comissão de Orçamento, para que trouxesse um parecer de um técnico contábil. Porque da mesma maneira que teme em aprovar sem maiores conhecimentos de causa que sabe da responsabilidade que acarreta nos ombros da rejeição do projeto. Por isso deveriam ter cautela, porque todos estão em busca do bom senso, sem paixões, nada impedia que fosse postergada a apreciação do projeto.

Nesta altura o sr. presidente disse que não iria retirar o referido projeto da Ordem do Dia, pois estava seguindo o regimento interno.

Com a palavra o vereador Manoel S. Xavier disse, já que o regimento interno não permite a retirada da ordem do dia, projeto em regime de urgência, comprometeu-se em trazer um técnico contábil para melhores esclarecimentos na próxima sessão. Então que votassem em 1ª discussão, caso os esclarecimentos feitos pelo técnico não os convença então rejeitariam em 2ª discussão, sendo sua sugestão.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse que esta, proposta do vereador Manoel foi válida, só que poderiam deixar de votar naquela sessão e, na próxima semana, desde que o técnico venha aqui convença a todos, poderiam até entrar com pedido de interstício.

Com a palavra o vereador Luiz Eduardo Kuss Marins, disse que aqui na Câmara quando vem projetos desta natureza e, sempre que algum vereador queira fazer alguma emenda poderá fazê-la. Porque daí vota-se primeiramente a emenda e depois o projeto com a emenda, não vê tanto problema como estavam criando.

Com a palavra o vereador Cesar A. Leoni disse que iriam seguir o que diz no regimento interno, também porque a cópia do projeto sómente naquela sessão chegou em suas mãos. Achando que deveria ser deixado fora da ordem do dia, porque nas condições que estava, se fosse colocado em votação, tinha certeza que seria rejeitado.

Com a palavra o vereador Manoel S. Xavier disse que em sessões anteriores quando o vereador José Luiz ainda era secretário, vinham projetos com regime de urgência sendo todos aprovados, sem delongas.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro disse que o vereador deve ter o mínimo de conhecimento para desempenhar seu papel aqui na Câmara. Sendo um absurdo o vereador delegar sem ter conhecimento de determinada matéria. O vereador deve ter capacidade, porque se o projeto não tem condições de ser aprovado, rejeita-o. Quantas vezes foi rejeitado o projetos aqui.

Devido ao adiantado da hora o sr. presidente prorrogou a



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.076

fls 08

sessão por mais uma hora.

Discutido amplamente o assunto e como ninguém mais quiz fazer uso da palavra o sr. presidente colocou o projeto de lei nº 19/88, em votação, sendo aprovado por 8 votos a 7. Sendo que o voto de minerva foi dado pelo sr. presidente. Votaram favoráveis os vereadores: João De da, Luiz Eduardo, Manoel S. Xavier, Bento de Farias, Acir A.K. Pinto, Daniel Coreluk e Pedro Bianchini. Votaram contrário os vereadores: José Luiz de Castro, Osmar Teider, Cesar A. Leoni, Lisandro A. de Andrade, Pedro M. de Siqueira, Celso S. Xavier e João M^a da Cunha Afonso.

Não havendo nada mais para a ordem do dia passou-se de imediato para as explicações pessoais.

Livre a palavra e como ninguém quiz fazer uso da mesma, o sr. presidente agradeceu a presença dos visitantes assim como a dos senhores vereadores e convocou-os para a próxima sessão do dia 19/09/88, a hora regimental, com a seguinte ordem do dia:

2ª discussão do projeto de lei nº 19/88-que autoriza abertura de crédito adicional suplementar.

Para constar, eu, Maria Lúcia Kuss, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será por todos assinada.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Lisandro Ad. Andrad

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Bento de Faria
Manoel S. Xavier

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Pedro Bianchini
[Handwritten signature]